

Nos EUA, medo de quebra do Brasil

“Antes do Natal de 1983, é provável que o Brasil e outras nações líderes da América Latina sejam forçadas à inadimplência oficial de suas dívidas externas. Desde que o sistema bancário dos Estados Unidos e das muitas nações da Europa Ocidental estão já, tecnicamente, em bancarrota, qualquer inadimplência maior de um país latino-americano irá ameaçar internacionalmente um lançamento imediato de reação em cadeia, que levará ao colapso financeiro — um colapso maior que o ocorrido em setembro de 1931 —, arrastando consigo aproximadamente de um a dois trilhões de dólares em títulos de valores no primeiro tempo.

O governo dos Estados Unidos presentemente não possui orientação competente para lidar com tal colapso financeiro. Se a presente orientação continuar a ser seguida, um ou dois resultados pode ocorrer. No caso do Governo dos Estados Unidos nada fazer e continuar a seguir a orientação atual, aproximadamente oito por cento das instituições bancárias dos Estados Unidos serão destruídas no período que se aproxima. Bancos como o Manufacturers Hanover, Chemical Bank, Chase Manhattan, e muitos outros bancos regionais de comércio de porte, e pequenas instituições de poupança seriam destruídas. No caso de os Estados Unidos adotarem os planos de emergência de Henry Kissinger e do chefe da Reserva Federal, Paul A. Volcker, o governo dos Estados Unidos passaria a apoiar financeiramente os bancos ameaçados, provocando fortes reações no orçamento da defesa americana, deixando os Estados Unidos imediatamente à mercê de Moscou.

Isso não quer dizer que não há umas poucas pessoas astutas na administração de Reagan. Isso quer dizer que tais, relativamente poucas e sábias vozes, estão sendo abafadas pelas do coro de irresponsáveis, incluindo Henry A. Kissinger, secretário de Estado, George Shultz, chefe da Reserva Federal, Paul Volcker, e aquele confuso vendedor de títulos de valores da agência “Merrill Lynch”, secretário do Tesouro, Donald Regan. Os mal-informantes do presidente têm colocado a política monetária dos Estados Unidos entre pretensiosas ilusões de uma recuperação econômica, que não existem, e o poço de um colapso financeiro geral.

Não se trata de assunto partidário. A liderança do Comitê Democrático Nacional, e os sete anos morais competindo comigo para a indicação presidencial são tão ruins ou pior que o pior entre os assessores políticos do presidente neste assunto. George McGovern e Allen Cranston são indivíduos inteligentes, mas são incompetentes em assuntos econômicos e monetários. Politicamente, os outros cinco não podem achar o caminho do lavatório dos homens sem a assistência do coordenador da campanha. Igualmente, todos os sete são mais ou menos admirados pelo governo soviético, mas não por acidente.

Na medida em que sou o principal economista dos Estados Unidos, por meio de desempenhos bem-sucedidos em termos de predicações econômicas, é meu dever pronunciar e publicar a lista de medidas que nosso presidente republicano deve adotar com o apoio da maioria de votantes patriotas do Partido Democrático.

Na ocasião em que o Brasil ou alguma combinação de nações latino-americanas chegarem à inadimplência de seus débitos no exterior, o presidente dos Estados Unidos deve agir, dentro de 48 horas ou menos, com as seguintes medidas de emergência:

1. O presidente deve usar seus poderes de emergência para “federalizar” o Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos, colocando este sistema sob a supervisão direta do presidente, de acordo com provisões do artigo 1, seções 8 e 9, da Constituição Federal dos Estados Unidos.

1a. O presidente deve fazer vigorar os dispositivos do artigo 1, seções 8 e 9, da Constituição, para evitar que o Sistema da Reserva Federal emita moeda dos Estados Unidos, exceto como emissões de moedas de autoria do Tesouro dos Estados Unidos, devidamente autorizadas para emissões por ato do Congresso.

1b. O sistema nacional de bancos privados deve também ser proibido de emitir novo crédito além do líquido obtido por pagamento em depósito em moeda corrente legal menos o requerido em reservas.

2. Para evitar um colapso nacional bancário, o presidente deve impor controles de capital e câmbio nos fluxos de moeda e crédito, dentro e fora dos Estados Unidos, e deve obter o apoio do Congresso, numa ação de

Lyndon La Rouché Jr., um dos candidatos do Partido Democrata à indicação para disputar as eleições presidenciais nos Estados Unidos, em 1984, afirmou que, “desde que o sistema bancário dos Estados Unidos e das muitas nações da Europa Ocidental já estão tecnicamente em bancarrota, é provável que o Brasil e outras nações líderes da América Latina sejam forçadas à inadimplência oficial de suas dívidas externas antes do Natal deste ano”.

Essa declaração consta de um artigo do candidato democrata, divulgado pelo semanário Executive Intelligence Review, com título “O que Reagan deve fazer quando o Brasil tornar-se inadimplente”, cuja íntegra é a seguinte:

emergência para congelar disponibilidades em créditos de sistema bancário ameaçados e pendentes de uma reorganização ordenada.

3. Para manter a economia, e compensar as restrições de crédito bancário causadas pelo primeiro grupo de ações acima, o presidente deve submeter um decreto de emergência ao Congresso dos Estados Unidos, de acordo com o artigo 1, seções 8 e 9, da Constituição Federal dos Estados Unidos, autorizando a emissão imediata de 500 bilhões de dólares, lastreados em reserva-ouro denominadas notas do Tesouro dos Estados Unidos. A reserva em ouro dos Estados Unidos deve ser avaliada em nada menos que 750 dólares por onça, para este propósito. A emissão de notas deve ser utilizada para as categorias de empréstimo através de um Sistema de Reserva Federal “federalizado”, as taxas de redescuento nominais de empréstimos, que não passem de 2% e 4% ao ano.

3a. Esta emissão de moedas será emprestada para as seguintes categorias de investimento de capital na criação de produção física dos Estados Unidos. (1) Para contratantes e subcontratantes para defesa nacional. (2) Para melhoria em infra-estrutura econômica básica efetuada por contratadores governamentais e privados dos Estados Unidos. (3) Para empréstimos comerciais para agricultura e indústria, na condição de que esses empréstimos sejam aplicados mais ou menos exclusivamente em investimentos a longo termo no aperfeiçoamento da tecnologia e escala de produção de bens de consumo úteis. Os citados objetivos devem provocar um imediato aumento de emprego na agricultura, na indústria e nas operações de transportes, totalizando aproximadamente 50 por cento

da força de trabalho americana. (4) Empréstimos a longo prazo devem também ser feitos através do Eximbank para promover exportações de bens de capital para projetos de investimento na agricultura e na indústria, nas nações em desenvolvimento.

O objetivo geral é estimular uma recuperação econômica dos Estados Unidos, baseado no modelo de recuperação econômica dos anos 1939-1943 e pelo presidente Franklin D. Roosevelt. Os objetivos a médio prazo para esse programa compreendem: a) elevação do nível simultâneo de emprego de trabalhadores na agricultura, construção de infra-estrutura e da indústria mais o corpo de funcionários da defesa nacional até entre 55% e 60% do total da força do trabalho dos Estados Unidos antes de 1990; b) aumentar o número de pessoas empregadas como seja: cientistas, engenheiros, técnicos, e trabalhadores, até cinco por cento do total da força do trabalho antes de 1990.

4. O presidente deve se reunir imediatamente com os chefes de Estado e Governos de nações latino-americanas concordantes com a deliberação proposta. Durante esse encontro, esses chefes de Estado e Governo devem chegar a um acordo que crie a emissão de títulos nacionalmente garantidos para substituir o valor principal dos débitos existentes para com as instituições bancárias dos Estados Unidos, débitos que já estejam realmente ou na eminência de se tornarem inadimplentes. Esses títulos devem ser mantidos ou pelo Tesouro ou Banco Central de cada nação, e devem ser denominados em dólar da reserva-ouro americana. Neste acordo, o Governo dos Estados Unidos deve garantir tais títulos politicamente como créditos legais do sistema bancário dos

Estados Unidos. Bancos privados e instituições relacionadas que aceitem essas emissões como substituição de obrigações pendentes contra as nações devedoras gozarão de proteção política; aquelas que recusarem serão permitidas sofrer as consequências da sua livre escolha de recusa.

4a. Para garantir esse sistema de reorganização financeira, o presidente dos Estados Unidos e os governos convenientes da América Latina devem formular um simples tratado estabelecendo um sistema de paridade de moeda fixa dentro das Américas. Moedas devem ser estimadas de acordo com o valor de uma cesta de mercadorias comprável com cada moeda do seu país de emissão. Em outras palavras, moedas devem deixar de ser calculadas de acordo com as flutuações nas especulações monetárias do mercado internacional, e devem ser estimadas, ao invés, na base do poder de compra competitivo doméstico no país de emissão.

4b. Para garantir a futura capacidade do devedor de pagar a forma recém-contratada de endividamento, os governos convenientes estabelecerão medidas de cooperação que aumentem o comércio internacional entre eles e que também promovam acréscimo do total e per capita físico das nações devedoras.

4c. Em alguma ou maior porção de casos, será muito desejável que uma nação latino-americana participante de tal acordo conduza imediatamente uma forma de moeda não diferente da reforma do “franco forte” implementada sob o governo de Charles De Gaulle, na França, e para complemento disto um conjunto combinado de controles de capital e câmbio para proteger a moeda nacional contra especuladores financeiros estrangeiros. Os Estados Unidos e outras nações participantes devem concordar, em princípio, com tais medidas, como parte de simples tratado e preparar para designar a nova emissão de títulos na projetada “moeda forte” que se deseja que seja emitida.

Se o resto do mundo não concordar com tais acordos entre os Estados Unidos e seus amigos da Ibero América Latina, deixemos que os objetantes “se destruam”, quer sejam os obje-

tantes nações ou instituições bancárias ou monetárias supranacionais, públicas ou particulares. Nós pouparemos os Estados Unidos e as Américas de uma catástrofe estratégica, financeira e econômica como um ato de soberania das nações-estados; não toleraremos objeções de fora a tais medidas necessárias.

Com efeito, a maior parte do mundo adaptar-se-á rapidamente à concentração do poder econômico e financeiro que as Américas representarão sob tais circunstâncias. Todas as nações em desenvolvimento, não fanáticamente marionetas soviéticas, cordialmente endossarão tais medidas e nossos amigos no Japão e na Europa Ocidental mais cedo ou mais tarde, elogiarão a sabedoria de nossos atos.

Todas essas medidas devem ser implementadas dentro de aproximadamente quarenta e oito horas a partir do estouro na indicada forma de crise.

Primeiro, muitos chefes de governo latino-americanos acolherão o convite de Washington para tal fim, se convidados pessoalmente pelo presidente Ronald Reagan.

Segundo, o Congresso concordará imediatamente com as medidas necessárias na condição que uma grande porção dos cidadãos demonstre ao Congresso a disposição de conduzir uma “política de extermínio” aos recalitrantes do Legislativo. Preparem-se para demonstrações populares diante dos escritórios locais dos congressistas, tanto na legislatura estadual como em Washington D.Cs., contanto que se assegure que as ações necessárias se realizarão no devido tempo.

Essas ações de emergência de fogo-rápido devem se registrar dentro de quarenta e oito horas da erupção da crise. Nenhuma desculpa burocrática ou legalística pode ser tolerada e nenhuma tolerada por patriotas. Isso deve ser uma decisão marcada em aço, numa posição que terrorize e esmague toda oposição. Isto deve ser uma decisão de comando, igual a uma feita pelo comandante de uma grande nação sob condições de batalha ou outro grave perigo.

O tempo está correndo célere. De fato, aproximadamente todas as nações latino-

americanas estão em atraso. De fato, nações inteiras da Europa Ocidental já estão quase que financeiramente falidas. Grandes porções do sistema bancário dos Estados Unidos têm atualmente novos créditos em atraso nos seus livros do que investimentos líquidos nos bancos. Tudo já está além de amadurecido para uma explosão súbita do maior colapso financeiro internacional da história financeira do mundo. Quem quer que argumente ao contrário é simplesmente ignorante dos estatísticos básicos, ou, se funcionário público ou bancário, é um dos maiores mentirosos do mundo.

A hora é chegada. A explosão pode ser adiada por um ou dois ou mais trimestres, ou pode explodir dentro dos próximos 60 dias. Pode possivelmente explodir em qualquer manhã de qualquer dia de negócio. Não se iluda por acreditar que isto pode não acontecer. Este fruto poderá estar balançando na árvore pronta para cair à menor brisa. O presidente deve estar preparado para agir e você, cidadão comum, deve estar preparado para mobilizar-se e a seus vizinhos para demonstrações públicas em largo apoio ao presidente, quando tomando essas medidas necessárias de emergência. Melhor estarem preparados para logo do que para depois.

Enquanto isso, eu garanto a você e ao presidente Ronald Reagan que estou preparado para da minha parte, fazer dessas ações emergências um sucesso. Além da minha excepcional competência como economista, tenho adquirido mais confiança entre círculos de nações líderes latino-americanas, do que qualquer outra figura política dos Estados Unidos, e estes círculos geralmente estão familiarizados com minhas propostas para ação nestes assuntos. Eu estou também mais familiarizado com o mundo lá fora do hemisfério ocidental do que muitas figuras líderes dos Estados Unidos, com amigos entre os círculos dirigentes do mundo de nações. Eu acredito que eu tenho adquirido e mereço tal confiança na minha competência e intenções da parte daqueles setores estrangeiros. Eu estou comprometido em colocar estes recursos profissionais e pessoais à disposição de nossa nação para ajudar nosso presidente a administrar a crise próxima a explodir sobre nós.